



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	A Efetividade das Políticas Públicas de Planejamento Urbano - Estudos sobre a Urbanização de Municípios no Brasil Pós-Constituição de 1988
<b>Autor</b>	GABRIEL BRAGA ZARTH
<b>Orientador</b>	LIVIA TERESINHA SALOMAO PICCININI

**A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO –  
ESTUDOS SOBRE A URBANIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO BRASIL  
PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Autor: Gabriel Braga Zarth | Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia Salomão Piccinini

Instituição de Origem: Faculdade de Arquitetura - UFRGS

A pesquisa tem como objetivos principais propor e validar uma estrutura de análise urbana e interpretar e avaliar a efetividade das políticas públicas de planejamento urbano nos municípios brasileiros a partir da Constituição de 1988. Os trabalhos realizados enveredaram-se na direção do aprofundamento de um estudo de caso mediante a leitura do quadro do planejamento urbano e dos processos socioespaciais recentes do município de Porto Alegre. Estruturou-se, através desse estudo de caso e de uma leitura ampla do panorama das cidades brasileiras, uma interpretação crítica da política urbana nacional no que tange à sua efetividade em termos de equacionamento das disparidades socioeconômicas e dos seus rebatimentos nos arranjos formais e locacionais intraurbanos.

Pode-se apresentar a metodologia adotada segundo o reconhecimento de três fases/momentos da pesquisa:

*Fase 1* - Fundamentação teórica e revisão de literatura sobre o conceito de cidade e temas do planejamento urbano.

*Fase 2* – Início das atividades do estudo de caso do município de Porto Alegre. Formação complementar para a manipulação de dados estatísticos e sua síntese gráfico-textual. Análise do regime urbanístico proposto no atual Plano Diretor da cidade e comparação com o regime do plano anterior, de 1979. Concepção de uma metodologia para a análise do regime. Considerações sobre a revisão da legislação ocorrida em 2010.

*Fase 3* – Formulação de tabelas e mapas para a análise do regime. Avaliação de resultados preliminares. Síntese textual da pesquisa e produção teórico-exploratória acerca de suas principais questões. Retomada dos estudos de leitura ampla do panorama da efetividade das políticas públicas de planejamento urbano no Brasil.

De maneira simplificada, pode-se afirmar que os estudos realizados explicitam uma flexibilização generalizada da legislação: índices de aproveitamento maiores, possibilidades de densificação menos restritas, grandes porções de solo urbano cujo uso passa de residencial ou industrial para misto, taxas de ocupação mais generosas e admissibilidades de altura novas e mais favoráveis à verticalização. A partir desses resultados e da interpretação dos seus efeitos sobre a materialidade urbana, analisa-se se o aparato legal instituído tem sido ou não, em muitos casos, um elemento facilitador da exploração da terra urbana em favor do lucro de uns poucos e da conseqüente precarização das condições de vida de muitos. Embora não se tenha chegado a uma ideia muito precisa sobre o quanto a flexibilização percebida pode ser tida como padrão observável em escala nacional, nota-se claramente o quanto a sua prática tem corroído a efetividade de políticas públicas, com base no que se conclui a pesquisa pela via de uma crítica dos processos que engendram a desregulamentação do uso do solo urbano nas cidades brasileiras.